

O ACHAR NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UM CASO DE GRAMATICALIZAÇÃO*

Vânia Cristina CASSEB-GALVÃO

RESUMO *Esta pesquisa tem por objetivo investigar um provável processo de gramaticalização no português falado do Brasil. Focalizaremos a escala de mudança desenvolvida pelo item lexical achar, verbo pleno, que em determinados contextos assume a função, mais gramatical, de um elemento modalizador epistêmico. Utilizamos como base teórica estudos sobre a gramaticalização, principalmente os de Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991) e de Hopper & Traugott (1993). No trato com a modalidade combinamos a proposta de Palmer (1986) com pontos do funcionalismo de Hengeveld (1988, 1989) e com os estudos sobre os modais no Português falado do Brasil de Castilho & Castilho (1996) e de Neves (1996).*

ABSTRAT *This research aims to investigate a probable process of grammaticalization in the Portuguese spoken in Brazil. We will focus the scale of change developed by lexical item achar, full verb, that in determined contexts assumes the function, more grammatical, of an epistemic modal element. We use as theoretical base studies on the grammaticalization, mainly of Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991) and Hopper & Traugott (1993). In the treatment with the modality we combine the proposal of Palmer (1986) with points of the functionalism of Hengeveld (1988, 1989) and with the studies on the modals in the Portuguese spoken in Brasil from Castilho & Castilho (1996) and Neves (1996).*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A gramaticalização é concebida como o subconjunto de mudanças lingüísticas que descreve como um item lexical vem a desempenhar funções gramaticais ou um item gramatical vem a assumir funções mais gramaticais ainda. O termo gramaticalização rotula tanto os processos que levam a essas mudanças quanto sua abordagem/paradigma.

* Texto resultante da dissertação de Mestrado com o mesmo título apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, no dia 22 de fevereiro de 1999, sob a orientação do Prof^o. Dr^a. Maria Luíza Braga.

O elemento fonte do processo não tem, necessariamente, que perder suas funções e propriedades de origem. A antiga e a nova função podem subsistir no sistema lingüístico e o processo pode ser observado tanto num tempo real quanto num tempo aparente.

As mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de uma série de transições graduais, uma espécie de *cadeia de gramaticalização* na qual as estruturas conceituais e morfológicas envolvidas se sobrepõem no interior do *canal de gramaticalização*, que compreende o ciclo que vai do ponto inicial ao ponto final do processo (Heine *et alii*, 1991). Historicamente o desenvolvimento das formas se daria através de uma espécie de afixe/declive - o *cline* - que sincronicamente seria uma linha imaginária contínua na qual as formas se organizam e em cujas extremidades opostas estariam os itens lexicais e os itens gramaticais (Hopper & Traugott, 1993). Há um consenso na literatura especializada que o traçado do *continuum* de GR é o seguinte:

item lexical > item gramatical > clítico > afixo

A gradualidade das mudanças é um dos fatores responsáveis pela grande dificuldade dos estudiosos da GR em alocar as formas em pontos precisos do *continuum*. Há também divergências em relação às propriedades, às motivações e aos mecanismos que atuam no processo.

2. PROPRIEDADES DA GRAMATICALIZAÇÃO

O processo de GR, segundo Heine *et alii* (1991:212), pode ser descrito a partir de características como: manipulação conceptual, unidirecionalidade, assimetria forma/significado, decategorização, recategorização, perda de autonomia e erosão.

Manipulação conceptual refere-se ao processo através do qual as formas que designam significados lexicais ou menos gramaticais são utilizadas para designar significados mais gramaticais. Ela é unidirecional, a mudança instancia-se no ponto mais à esquerda, a partir de significados mais concretos, e vai até o ponto mais à direita da cadeia, os significados mais abstratos, havendo uma relação tal entre os estágios A e B que A ocorre antes de B, mas B nunca ocorre antes de A.

A unidirecionalidade é considerada como a característica básica do processo de GR, característica que legitima a escala descrita acima.

Os novos significados gramaticais não impedem a continuidade de uso do item lexical de origem e há um estágio em que uma mesma forma assimetricamente apresenta significados diferentes, um lexical ou menos gramatical e um (mais) gramatical.

Devido a sua própria natureza, os itens mais gramaticais afastam-se¹ das propriedades inerentes à categoria do item fonte (lexical) do processo de GR. Esta decategorização faz

¹ Heine *et alii* (1991) referem-se à “perda” das propriedades. Preferimos falar de afastamento, acreditando que na GR ocorra simultaneamente ganho e perda de propriedades, dependendo do domínio em evidência, se lexical ou gramatical.

com que surjam “formas híbridas”, que apresentam simultaneamente propriedades de sua classe de origem e da classe a que se direciona.

Na continuidade da mudança, as formas híbridas desenvolvem novas e específicas funções, num processo de recategorização, que é decorrente da tendência das línguas em restaurar a iconicidade entre forma e significado. Na recategorização, as “perdas” das propriedades de uma categoria lexical seriam recompensadas com ganhos de propriedades inerentes à uma categoria gramatical.

Um outro efeito da decategorização é a perda da autonomia morfossintática. Se uma forma é livre torna-se dependente de outra da qual passa a ser um clítico, se um clítico torna-se um afixo.

Intimamente relacionada à perda da autonomia morfossintática está a erosão, que é a redução ou assimilação de material fonético das formas gramaticalizadas. Essa erosão seria motivada por dois fatores: o princípio da quantidade, de acordo com o qual o tamanho do item é proporcional à quantidade de informações que ele codifica; e a frequência relativa de uso, ou seja, quanto mais utilizado é um item, mais ele pode sofrer desgaste em sua substância fonética.

Essas características não têm aplicação igual para todos os elementos. A análise de dados empíricos revela que algumas podem levar a resultados opostos entre si, como é o caso da perda de autonomia e da recategorização. Quanto à primeira, o item perde variabilidade sintagmática e a possibilidade de mover-se para outro lugar na sentença. Quanto à segunda, o item recategorizado pode gozar de mais variabilidade sintagmática do que sua fonte lexical.

Heine & Reh (1984, *apud* Hopper 1996:22) apresentam outras propriedades, intimamente relacionadas com aquelas inerentes ao processo de GR, mas que dizem respeito às formas mais gramaticalizadas, a saber:

- a) perda da complexidade semântica, da significância funcional e/ou do valor expressivo;
- b) perda da significância pragmática e ganho de significância sintática;
- c) redução do número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) diminuição da variabilidade sintagmática, tomando uma posição fixa na cláusula;
- e) aumento da obrigatoriedade de uso em certos contextos e da não-gramaticalidade em outros;
- f) aumento na vinculação semântica, morfossintática e fonética com outros elementos;
- g) perda de substância fonética (erosão).

Reconhecidas as propriedades do processo de GR e das formas mais gramaticalizadas, surge a questão sobre o que motivaria a GR e quais os fatores que possibilitam ou facilitam a mudança.

3. MOTIVAÇÕES DA GRAMATICALIZAÇÃO

Os fatores que motivam a GR são principalmente cognitivos e vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais, a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”. Para ser bem entendido e ter o predomínio na situação de comunicação o falante cria novos instrumentos de comunicação. Inovação que, baseada no “princípio da economia”, recruta velhas formas para novos propósitos, através da extensão de significados pré-existentes, uma vez que uma forma para cada significado seria disfuncional no sistema (Hopper & Traugott, 1993).

Os principais desencadeadores da ligação entre os múltiplos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, com o predomínio da primeira.

4. MECANISMOS ATUANTES NA GRAMATICALIZAÇÃO

A metáfora envolvida na GR não deve ser entendida como aquela costumeiramente relacionada às figuras de linguagem e sim como uma espécie de extensão de significados lexicais para expressar conceitos mais abstratos. Segundo Heine *et alii* (1991), a primeira seria motivada psicologicamente e envolve a formação de novas expressões. Contém uma falsa predicação e relaciona-se a uma violação proposital de regras semântico-conceituais, é a “metáfora criativa”. A segunda seria motivada pragmaticamente. A partir dela não se formam novas expressões; predicações pré-existentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações através da extensão de significados, é a “metáfora emergente”.

Quanto à origem, a metáfora emergente, que propicia a GR, seria de natureza “categorial”. Nesta, o desenvolvimento das estruturas gramaticais é descrito em termos de algumas categorias básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda - mais concreto -, numa escala que tem a seguinte configuração:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

(Heine *et alii*, 1991:48)

Esse tipo de extensão permite a transferência metafórica que ocorre nos processos de GR, quando, por motivação icônica, um conceito mais concreto, do domínio lexical, palpável, é mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical, não concreto.

O outro mecanismo desencadeador do desenvolvimento de categorias gramaticais é de natureza metonímica.

O termo metonímia na GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceitual” fundamentada no mundo discursivo, transferência semântica licenciada por contigüidade, que é uma espécie de permuta resultante do uso de uma palavra em uma frase em que uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto. “*Indexal*” é a denominação das relações semânticas que a metonímia aponta em certos contextos.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduativo”, ou seja, o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que pode ser o mesmo caso. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e o único tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias.

Os componentes metonímicos e metafóricos, reconhecidos como co-responsáveis pelos processos de GR, teriam uma estrutura comum :

$$A \rightarrow A, B \rightarrow B$$

Essa estrutura sugere que, na transição de uma entidade conceitual A para B, há um estágio intermediário (A, B), quando as entidades de origem e as que lhe sucedem coexistem no sistema lingüístico. Tais estágios são responsáveis por ambigüidades e variações nas línguas.

Apesar do reconhecimento da co-atuação da metáfora e da metonímia no processo de GR, questiona-se a preponderância de um desses mecanismos nos diferentes tipos de mudanças gramaticais, dependendo do domínio em questão. Por exemplo, Traugott & König (1991:213) observam que a atuação da metonímia é fortemente relacionada às mudanças em direção aos significados que exprimem crença ou atitudes de subjetividade, domínio ao qual pertence a modalidade epistêmica. Sweetser (1990), ao contrário, vê a metáfora como o principal mecanismo desencadeador das mudanças em direção aos significados de modalidade, agindo como uma espécie de “mapeamento reduzido” de um significado mais básico (raiz) ou como a extensão de um sentido modal superordenado.

5. MODALIDADE

A despeito de outras concepções, concebemos a linguagem como um instrumento de interação verbal através do qual os seres humanos comunicam-se entre si. Do mesmo modo, limitamos o tratamento da modalidade, especificamente, ao de uma categoria lingüística responsável pela veiculação das atitudes do falante em relação ao que ele diz, ou seja, com as opiniões e atitudes do falante expressas em uma sentença.

Para Palmer (1986:16), a modalidade é a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante. Ele sustenta que os itens modalizadores pertencem a uma classe que é intermediária entre as classes abertas (itens lexicais) e classes fechadas (itens gramaticais), e que os itens pertencentes a um sistema modal desenvolveram-se gradualmente, no decorrer do tempo; encontram-se em estágios diferenciados de gramaticalização e originaram-se, na maioria das vezes, de itens lexicais, verbos plenos.

O autor define a modalidade a partir da distinção entre os elementos de uma sentença: o modal e o proposicional. O proposicional é o que se diz, o conteúdo da asserção. Pode ser negado, questionado ou simplesmente suposto e pode receber outros modos - como o imperativo, por exemplo. O modal diz respeito a tudo o que não pertence ao conteúdo proposicional da sentença. A presença do marcador modal ou a sua substituição por outro elemento equivalente não altera a estrutura da sentença, como em (1) e (1a):

(1) S^M[**Eu acho** que^P[o H. tá gostando dessa vida]] (NS)

(1a) S^M[**Parece** que^P[o H. tá gostando dessa vida]]

O caráter essencial da modalidade é a subjetividade, os itens modalizadores expressam a opinião ou a atitude do falante em relação à proposição que a sentença expressa ou à situação que a proposição descreve. Segundo Palmer (1986), essa subjetividade é manifestada através de dois tipos principais de modalidade: a Modalidade Epistêmica e a Modalidade Deôntica. Outra proposta tipológica da modalidade é a de Hengeveld (1988), a qual nos deteremos mais adiante.

Para Palmer (1986), a modalidade do tipo Epistêmica - do grego *epistême*, “ciência”, “conhecimento” - situa-se no eixo do conhecimento, crença ou opinião e é indicativa do grau de (des)comprometimento do falante com o que ele diz. Tal (des)comprometimento pode ser resultado de especulação, deduções, comentários do que ouviu falar sobre um determinado assunto ou de aparência baseada em evidências.

A modalidade epistêmica, tipo que nos interessa neste trabalho, é subdividida em modalidade epistêmica de julgamento e modalidade epistêmica evidencial. Na primeira, estão envolvidas opiniões e conclusões, as proposições são assertadas com dúvida, como hipóteses, e por isso não são passíveis de questionamento e nem de justificação. Na segunda, o falante, baseado em evidências resultantes de dedução, tem uma certa confiança sobre aquilo que diz, e o conteúdo da proposição pode ser questionado e alterado pelo ouvinte.

É com vistas a oferecer à modalidade, entre outros elementos lingüísticos, um tratamento que considere a sentença como portadora de um conteúdo/mensagem e, simultaneamente, como um elemento de interação que Hengeveld (1989) propõe uma representação estrutural da sentença em camadas: a camada do predicado - que designa propriedades à entidades -, a camada da predicação - que designa um estado de coisas -, e a camada da proposição - que designa um fato possível.

Entre outras coisas, a representação da estrutura frasal em camadas autoriza o exame do enunciado a partir da distinção do escopo (alcance) dos diferentes operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) que atuam interferindo em cada uma das etapas. Exame que permite explicar as relações de modalização e é básico para a definição da tipologia da modalidade proposta por Hengeveld (1988:233), que distingue três tipos de modalidade: *modalidade inerente*, *modalidade objetiva* e *modalidade epistemológica*. Destas, trataremos apenas da *modalidade epistemológica*.

A modalidade *epistemológica* é definida como todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição. Hengeveld (1988) sugere que o grau de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo da predicação está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação e propõe uma subdivisão para a modalidade epistemológica: a modalidade *subjetiva* e a *evidencial*. Por hora, interessa-nos a *modalidade epistemológica subjetiva*.

Na modalização subjetiva a proposição não pode ser questionada, não pode ser hipotetizada através de uma sentença condicional e só pode ser formulada em termos positivos, o falante posiciona-se como a fonte e o julgador da informação contida na

predicação. A modalidade subjetiva bifurca-se em *epistêmica* e *boulomaica*. Na primeira o evento é um construto - pensamento, crença, fantasia - do próprio falante, pode estar nos níveis da certeza, da probabilidade e da possibilidade, que reflete um grau decrescente de comprometimento do falante com o que afirma na proposição. Entre os itens modalizadores subjetivos estariam alguns advérbios e algumas formas verbais em primeira pessoa do tempo presente do indicativo, um exemplo no português seria a forma “eu acho”.

Na modalidade subjetiva *boulomaica* o falante mostra que ele é a fonte da informação ao expressar seus desejos e esperanças e indica, com isso, um comprometimento emocional.

As modalidades inerente e objetiva estão no nível da predicação - têm relação com a caracterização e a avaliação de um EC -, e a modalidade epistemológica está no nível da proposição - trata-se da atitude do falante em relação ao conteúdo do ato de fala.

Adaptaremos a noção da modalidade como resultado de um processo de gramaticalização de itens lexicais proposta por Palmer (1986) à noção da estrutura linguística em camadas de Hengeveld (1988). Deste último, é também a tipologia que optamos, pois vincula semântica, sintaxe e pragmática, níveis atingidos pela gramaticalização. Ressaltamos, porém, que estaremos chamando de modais epistêmicos os elementos do eixo do conhecimento que se situam tanto no nível da predicação quanto da proposição, dentre os quais, os verbos e os advérbios modais².

Esses postulados subsidiaram nossa análise do processo de GR desenvolvido pela forma *achar* no português do Brasil (PB). A hipótese levantada foi a de que, a partir do item lexical *achar*, verbo pleno, desenvolveram-se outros tipos de *achar* que vêm a desempenhar novas funções no discurso, notadamente, a de verbo modal epistêmico e a de um elemento com o comportamento muito semelhante ao dos advérbios modais epistêmicos, ambos elementos mais gramaticais.

6. APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DOS *CORPORA*

Para termos um panorama geral do processo e o seu alcance no sistema linguístico atual, investigamos os usos do *achar* em condições diferenciadas: utilizamos três amostras de fala - NURC/SP, RONDON (RD) e NÃO-SISTEMATIZADA (NS).

O *corpus* NURC/SP - Norma Urbana Culta de São Paulo -, constituído para oferecer dados para o Projeto da Gramática do Português Falado, que tem por objetivo preparar uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil, consta de registros de fala da capital de São Paulo.

Utilizamos os dados de doze informantes de escolaridade superior, distribuídos segundo o gênero - masculino e feminino - e a faixa etária - 25 a 35, 36 a 55 e 56 anos em diante. Diálogos entre dois informantes, transcritos em Castilho & Pretti (1987).

² Hengeveld (1986) distingue entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva de acordo com a classe de palavras, naquelas estariam os advérbios e nestas os adjetivos.

Da amostra RONDON (RD)³, selecionamos doze informantes, também distribuídos de acordo com o gênero, grau de escolaridade - 0, 1 e 2 (analfabetos, 1º e 2º graus) -, e segundo as mesmas faixas etárias dos informantes do NURC. Dados que foram coletados através de entrevistas com documentador, na cidade de Rondon do Pará, estado do Pará.

A observação de diversas situações de fala informal do dia-a-dia favoreceu a composição de uma amostra não sistematizada (NS). Coletamos um total de 100 ocorrências dos tipos de *achar* já anteriormente detectados nas amostras NURC e RD.

7. A ANÁLISE

7.1. Tipos de *achar* encontrados nos dados - individualização e caracterização

7.1.1. *Achar* I: [SN *achar* SN]:

(2) *acha* o café pra mim, *acha* o açúcar (NS)

(3) Valdinei é o meu mais velho... Valdinei num tá istudando tá trabalhando... quero vê si *acho* uma vaga... vai voltá a istudá (RD F, 40a, 0).

O *achar*I é núcleo de predicação, portanto, um verbo pleno. Pode indicar relações de naturezas diferentes entre seus argumentos, Borba (1990) distingue-o como verbo de ação e verbo de *processo* .

O *achar*I *ação*, exemplo 2, seleciona dois argumentos obrigatórios: um argumento externo, sujeito *agente*, que pode ou não ser realizado foneticamente, com os traços [+animado] e [+humano] ou [+humanizado] que exerce uma atividade, a *ação de procurar, tentar achar, descobrir*; e um argumento interno, complemento, com o traço [+concreto].

O agente tem o controle sobre a ação de procurar, mas não o tem sobre o resultado desta ação.

É esse traço [-controle] do sujeito que vai diferenciar o *achar*I *processo* do *achar*I *ação*. O *achar*I *processo*, exemplo (3), seleciona um argumento externo, sujeito afetado *paciente/beneficiário*, que é a sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício. Um “objeto” de posse desconhecida (ou não) é transferido para a posse do sujeito. Como argumento interno seleciona um complemento, nome, com o traço [+concreto]. Descreve um acontecimento, o *encontrar por acaso* ou *como resultado de procura*.

Nesta análise não distinguiremos entre o *achar*I *processo* e o *achar*I *ação*, identificaremos estes dois tipos de *achar* como *achar*I, verbo pleno, item fonte do processo de GR, a unidade lexical a partir da qual este se instaurou, a unidade fornecedora do material morfo-fonológico e de alguns traços de significação que permanecerão nos demais tipos de *achar*. Exibe todas as propriedades dos verbos plenos: concordância de número e pessoa, completa variação de tempo e modo, pode aparecer tanto em orações absolutas quanto em orações hipotáticas e encaixadas, e aceita a passivação.

³ Composta de dados de fala de crianças e adultos que coletamos entre 1996 e 1997.

Trata-se, provavelmente, da extensão mais imediata de *afflare*, do latim, ‘soprar’, ‘farejar’, ‘descobrir a caça pelo cheiro’ que tem essa mesma natureza sintático-semântica. O *achar1* é um elemento fundamental em uma típica situação de fala e reflete uma experiência humana elementar, providencia pontos de referência concreta para a orientação humana.

7.1.2. *Achar 2*:

O *achar2* é um verbo que seleciona dois argumentos, um sujeito com o traço [+humano] e um complemento oracional [+abstrato].

Levando-se em consideração o *continuum* de GR, este uso é, provavelmente, uma extensão metafórica do *achar1* processo: a partir de certos pontos de natureza concreta fornecidos pelo item fonte, o falante, por associação, explora o entendimento de conceitos menos concretos.

Uma das propriedades do *achar2* é a possibilidade de redução da oração completiva, forma que decidimos classificar como um outro tipo de *achar2*, o *achar2'*, em virtude de ter uma estrutura diferenciada dos tipos anteriormente individualizados.

7.1.2.1. *achar2* (apreciação⁴): [[SN *achar*] [que S]]

(4) era...eu achava...(era) uma vida farta eu sempre gostei de Rondon.(RD, F, 3)

a) Aceita o apagamento do *que* + *cópula* sem que haja alteração de sentido:

b) O dado se mantém inalterado perante a negação (o falante sabe como era a vida...), somente o que se apontou como posto é negado.

c) Quanto ao teste da interrogação, responde à pergunta *O que você acha de X?*. Por exemplo:

d) Exige um traço avaliativo no predicativo do sujeito (da encaixada), seja este expresso por um adjetivo, seja por um núcleo substantivo modificado.

e) Quando rege completiva que veicula dois conteúdos, sendo um deles a apreciação de um fato, este deve ser posto e não simplesmente pressuposto.

f) Pode ser descrito como:

PP: X teve experiência com a propriedade de 0 expressa em Y.

P: Para X, O (objeto) é Y.

A apreciação é fundamentada naquilo que o sujeito sabe do objeto em relação à qualidade que lhe é predicada. Essas experiências do falante podem ser tanto diretas, quanto indiretas. Neste caso, o falante julga relativamente a um ponto qualquer de referência.

7.1.2.2. *Achar2'*: [SN *achar* 0 SAdj]

(5)(...) ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causa do metrô né? *Achei* horrível. (NURC/SP, M, 26a).

O *achar2'* possui as características de verbo pleno ou seja, apresenta variabilidade de modo e tempo, e concordância número-pessoal. Verbo do tipo “processo”, tem um sujeito

⁴ Terminologia tomada por empréstimo de Vogt & Figueira (1989).

afetado, do tipo “experienciador”, com traço [+ humano]; seleciona um argumento interno (SN), que pode vir ou não realizado foneticamente, exemplo (5), e é sempre predicado por um qualificador (SAdj) [+ abstrato]. O adjetivo pode ser o predicativo de uma oração copulativa encaixada reduzida. O verbo de ligação é cancelado e, muitas vezes, o adjetivo é deslocado para antes do (SN).

Essa variação formal admitida pelo *achar2'* é interessante do ponto de vista da GR, pois é um indício de que as mudanças não são abruptas, acontecem de maneira gradativa, através de estágios intermediários. Individualizados⁵ os tipos de *achar 2* (*apreciação*) e *achar2'* trataremos, então, do *achar 3* (*palpite*).

7.1.3. *Achar3* (*palpite*): [[SN *achar*] [que S]]

a) Aceita a substituição da cópula pela locução verbal *deve ser* - modalizadora epistêmica, indicadora de possibilidade.

R: Não, mas *eu acho* que a economia *deve ser* mais forte.

b) Quanto à caracterização semântica em termos de posto e pressuposto, Vogt & Figueira (1989) relacionam o uso da expressão *eu acho* ao grau de experiência do falante com a situação enunciada. Caso o falante desconheça determinada situação, isso vem implícito em seu enunciado - pressuposto, evidência -, que só pode ocorrer em forma de palpite, assim não pode ser contestado. Ao contrário, se a situação é enunciada explicitamente - o posto -, como apreciação, o falante pode ser contestado. Um enunciado como:

(6) *Eu acho* muito legal Rondon...(RD, F, 3)

Pode ter a leitura de apreciação se dito por um morador de Rondon do Pará. Caso o falante seja alguém que nunca ali esteve, a leitura só pode ser de palpite, pois ele não tem experiência com aquela situação. Assim:

(6a) *Eu acho* que Rondon *deve ser* muito legal

Um exemplo do que é um palpite foi encontrado na amostra NS, o próprio falante deixa claro que não tem compromisso com a verdade do que diz:

(7) *Eu acho* que (a prova) será na primeira semana de setembro. *Eu acho*....Isso que eu tô te dizendo é pura especulação. (NS)

c) O pressuposto não é atingido pela negação, ou seja, não se nega que o falante desconheça a situação, este dado é mantido inalterado. É o que vemos na paráfrase do exemplo (7).

(7a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro

Pode ter três leituras:

1a) É falso que (eu disse) que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu nunca manifestei opinião nenhuma a respeito. (nega-se a declaração)

⁵ Individualizar o *achar2* (*apreciação*) e o *achar2'* não quer dizer que estamos tratando de dois verbos distintos e sim que essas formas estão em pontos diferentes do *continuum* de GR.

2a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu tenho certeza disso. (Nega-se o modo de afirmação, trata-se de uma certeza e não de uma conjectura)

3a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu imagino até que seja em outubro. (Nega-se o que se disse sobre a prova).

d) Responde à pergunta *Como você acha que é X?*

e) Pode ser descrito como:

PP: X não teve ou não lembra de ter tido experiência com a propriedade de O expressa em Y.

P: Para X, é provável que O seja Y.

O palpite é fundamentado num dado qualquer que não decorre da experiência com o objeto. Fundamenta-se em evidências indiretas, índices que o falante considera insuficientes para comprometê-lo com a verdade daquilo que diz. Ou ainda, o falante pode não saber ou não explicar a fundamentação de seu palpite.

Segundo Vogt & Figueira (1989:196), referendados por Neves (1996), a distinção entre o *achar3(palpite)* e o *achar2(apreciação)* depende totalmente das intenções do falante ao realizar o ato de fala introduzido por *eu acho*. Essa noção da intenção comunicativa é fundamental em relação à modalidade, bem como a de utilização dos elementos modalizadores como estratégias para sinalizar uma certa distância do falante em relação ao enunciado que produz.

Considerando as diferenças existentes entre eles, podemos dizer que o *achar2(apreciação)* - menos gramaticalizado -, e o *achar3(palpite)* - mais gramaticalizado -, estão em pontos diferentes no *continuum* da qualificação epistêmica e da gramaticalização.

O *achar2(apreciação)* está ainda no nível da predicação e a qualificação epistêmica de um estado de coisas que enuncia está mais próxima do ponto extremo da *certeza*, pelo menos para o falante, que se apresenta como o único fundamento de sua própria opinião, que é enunciada como verdadeira.

O *achar2(apreciação)* estaria em um estágio intermediário entre o verbo pleno performativo e o modalizador. Assim, não teria o caráter modalizador na sua totalidade. Como fonte do conhecimento, o falante apóia sua *crença/certeza/precisão* na *evidência - experiência* -, o que vai implicar em *absolutização*. Sendo um tipo de afirmativa, pode vir em qualquer pessoa e tempo do verbo. A primeira pessoa, ainda que seja mais recorrente, não é exclusiva no uso do *achar2 (apreciação)*, que poderíamos chamar, então, de *verbo performativo-modalizador epistêmico*.

O *achar3(palpite)* opera no nível proposicional, a qualificação epistêmica incide sobre uma proposição, o falante assume seu enunciado, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia. Utiliza-se, geralmente, da primeira pessoa do presente do indicativo, para sinalizar que não tem certeza sobre o conteúdo da proposição, que está no nível da *possibilidade, da não-certeza*.

O falante fundamenta sua incerteza na *aparência*, o que implica em *relativização*, que, por sua vez, se justifica pelo *não-conhecimento* ou *desconhecimento - não-experiência*. O

achar3(*palpite*) teria o caráter modalizador mais acentuado, já não tem o *status* de verbo pleno, pois já não é o núcleo de uma predicação.

Essa incerteza, é manifesta através da possibilidade e da probabilidade, traços significativos fortes no *achar4*, outro tipo de *achar* que analisaremos a seguir:

7.1.4. *Achar 4*: [S] *Achar*

Achar [S]

[S] [*Achar*] [S]

(8) são:...tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura...todos no Alto Xingu *eu acho*... Baixo não sei...e::: aí eu não entrei se tem algum sistema de hierarquia pajé é a mesma coisa? (NURC, F, 1)

(9) Tristeza... *acho*... sei lá (RD, F, 30 a, 1)

Classificamos como *achar4* as realizações de *achar* que aparecem fora de uma estrutura sentencial. Esse elemento também tem uma função modalizadora, pois serve para codificar incerteza sobre o que o falante está afirmando, mas demonstra um comportamento diferenciado em relação aos tipos de *achar* anteriormente descritos. Apresenta propriedades que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos. Tem um comportamento muito semelhante ao dos itens que exercem a função gramatical de advérbio.

O *achar4* não aceita variabilidade de modo, tempo, pessoa e número; tem a forma fonológica cristalizada na primeira pessoa do singular - que pode vir realizada foneticamente ou não -, tempo presente, modo indicativo.

O *achar4* não subcategoriza argumento interno e tem grande mobilidade na cadeia sintagmática, pode aparecer anteposto, posposto ou interposto à sentença, sem que lhe altere o significado. Geralmente surge depois de uma emissão completa de raciocínio e pausa, exerce uma função semelhante a dos advérbios sentenciais, dos advérbios parentéticos.

Ao utilizar o *achar4* o falante manifesta seu julgamento sobre o valor de verdade da proposição e também o seu (des)comprometimento em relação a essa verdade, revelando uma possibilidade epistêmica.

As propriedades anteriormente descritas nos autorizam a afirmar que o *achar4* desempenha funções normalmente codificadas pelos *advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos*, de acordo com a descrição de Castilho & Castilho (1996)⁶:

"(...)expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição, (...) indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se furta "a toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade [da proposição]": Bernechea (1969:320)(...) avalia-se P como uma possibilidade epistêmica, decorrendo daqui uma baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que está sendo verbalizado".(p.222).

⁶ Para Castilho & Castilho (1996), no entanto, o modalizador epistêmico quase-asseverativo é o tipo que classificamos como *achar3* (*palpite*).

Essa baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que verbaliza e propriedades formais como grande mobilidade sintagmática e pouca ou quase-nenhuma integração na sentença, é o que permite caracterizar o *achar4*.

Quanto aos aspectos semânticos, o *achar4* desencadeia significações na camada modal, decorrentes das avaliações que o falante promove a respeito do que ele diz na camada proposicional mas, sugere, também, transitar pela camada pragmática, à medida em que aparece como um mecanismo de pressuposição, de negociação da interlocução, pois é um elemento sinalizador do falante ao ouvinte sobre a incerteza do que assevera.

Outro aspecto que nos leva relacionar o *achar4* com os elementos que exercem funções semelhantes as de um advérbio é a observação feita por Galves (com. pessoal), segundo a qual, o *achar4*, diferentemente dos tipos anteriores, não é mais núcleo da oração, está numa adjunção; uma relação de complementação foi desfeita e o item passa de selecionado para não-selecionado, um IP que pode ser reinterpretado não mais como o vestígio de um verbo (pro) e sim como um adjunto (*status* inerente aos advérbios).

8. CONCLUSÕES

As características descritas anteriormente foram esquematizadas de forma a nos dar uma visão sistematizada de cada tipo de *achar* e por isso sugerem que existem fronteiras claras e nítidas entre eles. Todavia, tal não é o caso. Os limites são frouxos e imprecisos. Trata-se de um *continuum*. E como tal, as mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de transições graduais, em cadeias.

Nessas cadeias as estruturas conceituais, não-modais, menos modais e mais modais, se sobrepoem e formam o canal que compreende o ciclo que vai do ponto inicial, o *achar1*, ao ponto mais avançado do processo de gramaticalização, que pelo menos neste momento, sugere ser o *achar4* [+ abstrato].

As propriedades apresentadas pelos tipos de *achar* são indícios de que as mudanças que atingiram essas formas apontam, unidirecionalmente, para o domínio da modalidade. Um significado lexical, [+concreto], situado num ponto mais à esquerda - *achar1*, *encontrar*, *descobrir* - foi manipulado conceptualmente para designar significados modalizadores, mais gramaticais, [+abstratos], situados mais à direita do *continuum*.

Esses elementos estão deixando de manifestar, gradativamente, as propriedades de verbo pleno, decategorizando-se: há uma gradativa perda da variabilidade de tempo e modo e o uso restrito na primeira pessoa do singular a partir do *achar3*(*palpite*) - variabilidade que é plena no *achar1*-, e a perda do argumento interno pela forma *achar4*.

A sobreposição das propriedades de item lexical e modalizador epistêmico é observada a partir do *achar2*(*apreciação*), uma forma híbrida, que apresenta simultaneamente propriedades da classe fonte e da classe para a qual a mudança se direciona (alvo). Na continuidade da mudança a forma híbrida *achar2*(*apreciação*), provavelmente recompensou as “perdas” das propriedades de item lexical, desenvolvendo um processo de

recategorização: uma nova e específica função, o modalizador epistêmico *achar*³(*palpite*). Processo que pode ter se repetido na mudança desenvolvida do *achar*³(*palpite*) para o *achar*⁴.

É provável que entre os efeitos dessa recategorização estejam a grande variabilidade sintagmática e a não exigência de subcategorização de argumento interno, características do *achar*⁴.

Entendemos que o mecanismo atuante neste processo de mudança é a metáfora. Um significado de domínio lexical, concreto - *achar*¹ “encontrar”, originário do latim *afflare*, “soprar”, “cheirar”, “encontrar a caça pelo cheiro”- é estendido metaforicamente e recrutado para conceituar significados do domínio da modalidade, mais abstrato. Uma expressão pré-existente, o verbo pleno *achar*, na primeira pessoa do presente do indicativo, exprime novos conceitos, que seguem uma escala que vai da certeza à probabilidade. Há uma transferência do “mundo real” (das coisas) para o mundo do discurso, um termo que era usado com referência a entidades do mundo sociofísico passa a referir-se a entidades do mundo da razão, que têm existência no ato da fala.

BIBLIOGRAFIA

- BORBA, F. S.(org.) (1990). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. (1999). **O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização**. Campinas: IEL/UNICAMP, Dissertação de Mestrado (inédito).
- CASTILHO, A. (1997). A gramaticalização. IN: **Revista estudos lingüísticos e literários**. Salvador: UFBA, 25 - 64.
- _____. & CASTILHO, C. (1996). Advérbios modalizadores. IN: ILARI, R. (org.). **Gramática do Português falado. II**: 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 213- 260.
- _____. & PRETI, D. (org.). (1987). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor/FAPESP.
- HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). **Grammaticalization: A conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press.
- HENGEVELD, K. (1988). Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. **Journal of semantics**, v. 6: 227-269.
- _____. (1989). Layer and Operators in Functional Grammar. **Journal of Linguistic**, 25: 127-157.
- HOPPER, P. J. (1996). Some recent trends in grammaticalization. In: **Annu. Rev. Anthropol**, 25:217-236.
- _____. & TRAUGOTT, E. (1993). **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEVES, M. H. (1996). A modalidade. In: KOCH, I. (org.). **Gramática do Português Falado. Vol. VI**. Campinas: UNICAMP/FAPESP. 163-200.
- PALMER, F. R. (1986). **Mood and Modality**. Cambridge. Cambridge University Press.
- SWEETSER, E. (1990). **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- VOGT, C. & FIGUEIRA, R. A. (1989). “Dois verbos achar em português?” In: VOGT, C. São Paulo: HUCITEC, 165-210.